

Projeto Territórios Vivos

NOSSOS SABERES

Reflexões sobre a primeira fase e perspectivas sobre a segunda etapa do projeto Territórios Vivos

CARTA AO/A LEITOR/A,

Nossos Saberes é um convite para explorar conhecimentos e experiências acumulados ao longo da jornada do projeto **Territórios Vivos**.

Experiências, resultados e aprendizados da primeira fase do Territórios Vivos (2021-2024) estão nas próximas páginas, assim como benefícios para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) com a nova etapa do projeto (2024-2027).

Esta segunda fase será marcada por um compromisso renovado com a proteção de direitos humanos e ambientais dos PCTs, impulsionado pela consolidação da Plataforma de Territórios Tradicionais e outros avanços digitais nos primeiros três anos do **Territórios Vivos**.

O mergulho na jornada do projeto evidencia a estratégia adotada para garantir que a Plataforma seja não apenas uma ferramenta, mas uma força transformadora para os 28* segmentos de PCTs no Brasil.

Desde a governança colaborativa, até a integração com o GeoRadar, do Ministério Público Federal (MPF), até a governança colaborativa, cada passo construído deixa um legado para a Plataforma e os PCTs.

A revista evidencia o cumprimento de indicadores que nortearão o caminho nos próximos anos, resultando em robustez no gerenciamento de dados até o empoderamento de PCTs para o cadastramento de territórios tradicionais na Plataforma. Cada indicador reflete o compromisso em ir além de metas, construindo um futuro onde direitos humanos e ambientais são respeitados e protegidos.

Leitoras e leitores verão aprendizados valiosos da primeira fase do projeto, destacando desafios superados, lições e resultados tangíveis que se traduzem em melhorias para povos e comunidades tradicionais. Essa bagagem de conhecimento permitirá um futuro mais inclusivo, sustentável e justo para todos os PCTs.

Prepare-se para mergulhar na narrativa de um projeto envolvente que define os próximos capítulos do **Territórios Vivos**. A viagem está apenas começando. Momentos marcantes e conquistas inspiradoras estão por vir.

Boa leitura!

* Oficialmente são reconhecidos 28 segmentos de PCTs no Brasil, conforme o Decreto 8.750/2016.

EXPEDIENTE

Realização: Rede de Povos e Comunidades Tradicionais (Rede PCTs), Ministério Público Federal (MPF) e Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

Esta revista foi desenvolvida como parte do trabalho de comunicação do projeto Territórios Vivos, com o apoio do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha. Participaram representantes da Rede PCTs, do MPF e da GIZ, e de organizações parceiras. As opiniões aqui expressas são de responsabilidade das pessoas autoras, não refletindo necessariamente a posição institucional da Rede PCTs, do MPF e da GIZ, ou das organizações parceiras.

EQUIPES TÉCNICAS

REDE PCTs

Ana Paula Oliveira, Lidiane Sales, Gabriele Oliveira, Adriana Lima, Konmananjy, Carlos Alberto Pinto, Samuel Leite, Sandra Braga, Francisco Dias, Vanderléia.

MPF

Sandra Kishi, Daniel Dalberto, Wilson Assis, Ricardo Pael, Marco Antônio Delfino, Anna Julia Costa, Fernanda Reichardt, Ana Carolina Albuquerque

GIZ

Friederike Brinkmeier, Ariadne Santiago, Darlan Portela, André Lima, Henrique Cavalcante, Eduardo Ganzer, Saulo dos Santos, Marco Schäffer, Nara Barbosa

Diagramação: Nara Barbosa

Fotografias: Eduardo Viana, Guilherme Borges, Gabriele Oliveira e Nara Barbosa.

Consultor: Maurício Boff

Copyright © 2023 – Projeto Territórios Vivos (GIZ)

Permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que sem fins lucrativos e citada a fonte.

GIZ | SCN Q1 C, Sala 1501, Asa Norte, CEP 70.711-902 | Brasília/DF

www.giz.de/en/worldwide/12055.html
+55 (61) 2101.2170

ÍNDICE

Começo de nossa
história

08

Nossos
primeiros anos

12

28

Nossas Vozes

32

Territórios Vivos, futuro nosso

36

Por próximos três anos

Referências legais

38





LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
BMZ	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CNPCT	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPF	Ministério Público Federal
MRE	Ministério de Relações Exteriores
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PCTs	Povos e comunidades tradicionais
PGR	Procuradoria-Geral da República
SCI	Secretaria de Cooperação Internacional do MPF
SPPEA	Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise do MPF
SPU	Secretaria do Patrimônio da União

COMEÇO DE NOSSA HISTÓRIA





O projeto **Territórios Vivos**, oficialmente intitulado Agenda 2030 – *Contribuindo para a implementação do princípio “leave no one behind” (não deixar ninguém para trás, em português)*, fortalece e engaja PCTs, por meio da consolidação da Plataforma de Territórios Tradicionais*.

Concebida no território de Dona Dijé**, liderança histórica das comunidades tradicionais do Brasil, em 2015, e criada em 2019, a Plataforma é um ambiente online que reúne e sistematiza informações sobre territórios tradicionais*** autodeclarados por PCTs de todo o Brasil, reconhecidos oficialmente ou não. Esses territórios podem ser cadastrados gratuitamente na

* Ver online <https://territoriostradicionais.mpf.mp.br/>. Acesso em 06/10/2023.

** Ver online <https://oglobo.globo.com/brasil/morre-dona-dije-lideranca-historica-das-comunidades-tradicionais-do-brasil-23069146>.

*** Territórios Tradicionais são aqueles culturalmente diferenciados, ocupados por grupos tradicionais que usam os recursos naturais como condição para sua reprodução étnica, ancestral, cultural, social, religiosa, antepassada e econômica.

Plataforma, que tem entre suas finalidades realizar diagnósticos de necessidades e dar visibilidade aos PCTs.

A implementação da primeira fase do projeto acontece de fevereiro de 2021 a janeiro de 2024. Desde o início, o **Territórios Vivos****** tem contribuído para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa contribuição se materializa na realização do princípio fundamental de não deixar ninguém para trás e na promoção de direitos civis, políticos, econômicos, culturais, sociais e ambientais.

**** Ver online <https://bit.ly/TerritoriosVivosMPF>. Acesso em 10/10/2023



OBJETIVO

Os PCTs se posicionam frente a estruturas nacionais de políticas públicas para efetivar direitos humanos e ODS.

LINHAS DE ATUAÇÃO

Componente 1

Apoio ao desenvolvimento tecnológico, garantindo segurança e acesso à Plataforma de Territórios Tradicionais.

Componente 2

Treinamento de integrantes de organizações da sociedade civil, universidades e instituições públicas para o uso da Plataforma.

Componente 3

Fortalecimento de organizações de PCTs para melhor representarem seus interesses nos estados-piloto (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Componente 4

Fornecimento de conhecimentos técnicos e metodológicos para o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e o MPF sobre o uso sustentável da Plataforma.



O projeto tem abrangência nacional, sendo o MPF e a GIZ, em parceria com a Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (Rede PCTs), responsáveis por promover o desenvolvimento tecnológico e fomentar o treinamento de profissionais para a gestão eficiente e o uso da Plataforma em todo o território brasileiro.

Regionalmente, as organizações implementadoras do **Territórios Vivos** realizam atividades em três estados-piloto: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesses estados, acontecem visitas de campo, cursos, oficinas e articulações com entidades civis e autoridades públicas. Além disso, organizações e lideranças de PCTs recebem apoio na utilização da Plataforma e são fortalecidas para realizarem articulações estratégicas.

Territórios Vivos é resultado de uma parceria entre a Rede PCTs, o MPF e a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, e tem o apoio do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha. A governança do

projeto é tripartite, sendo a Rede PCTs a representante da sociedade civil, e o MPF e a GIZ, os parceiros intergovernamentais.



DADOS GERAIS

Nome oficial: Agenda 2030 – Contribuição para a implementação do princípio “Não deixar ninguém para trás” (Territórios Vivos).

Abrangência: Nacional e regiões-piloto (Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul).

Comissionado por: Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha.

Parceiros de implementação: MPF, Rede PCTs e GIZ.

Duração: De 02/2021 a 01/2024.

NOSSOS PRIMEIROS ANOS

A implementação da primeira fase do **Territórios Vivos** é marcada por resultados conquistados e produtos de conhecimento e comunicação elaborados, que, juntos, compõem o retrospecto do projeto no período entre 2021 e 2024.

Esta narrativa serve como bússola, de modo a orientar o caminho a ser trilhado na segunda fase do projeto. Ao refletir sobre as realizações passadas, busca-se inspiração e direção para continuar avançando na missão de promover direitos humanos para PCTs.





INDICADORES E RESULTADOS

A seguir, apresenta-se um resumo de indicadores e resultados decorrentes da implementação das linhas de ação do projeto. Este panorama destaca números que refletem o progresso e conquistas tangíveis na jornada do **Territórios Vivos**. O resumo oferece uma visão breve do alcance e da eficácia de cada um dos quatro componentes.

Componente 1

Apoio ao desenvolvimento tecnológico, garantindo segurança e acesso à Plataforma de Territórios Tradicionais.

INDICADOR 1.1

Informações de três órgãos federais sobre títulos de terra e reivindicações de uso são inseridas na Plataforma.

Dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) sobre terras indígenas, em seus diversos estágios de regularização, são inseridos na Plataforma.

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e da Fundação Cultural Palmares, como informações e pontos georreferenciados, são disponibilizados à Plataforma por meio do GeoRadar, sistema de dados georreferenciados internos do MPF.

Dados da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) referentes a comunidades ribeirinhas, como informações, pontos e polígonos georreferenciados, são disponibilizados à Plataforma por meio do GeoRadar para elaboração de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS).

INDICADOR 1.2

É aplicado conceito de segurança de dados e facilitado o uso da Plataforma.

São feitas correções emergenciais na Plataforma e adquiridos equipamentos para desenvolvimento, hospedagem e manutenção nos servidores do MPF.

É elaborado Termo de Referência para contratação de empresa encarregada de manutenção, correções e aperfeiçoamento da Plataforma.

A Plataforma é aperfeiçoada e disponibilizada publicamente.

Conceito de segurança de dados (Termo de Uso e Política de Privacidade) é implementado na Plataforma – e passa por revisões continuadas.

RESULTADOS EM DESTAQUE

O arcabouço tecnológico da Plataforma é atualizado e disponibilizado ao público.

Plataforma se consolida como ferramenta para intercâmbio de boas práticas, saberes e fazeres de PCTs.

Dados georreferenciados e outras informações são integrados à Plataforma por meio do GeoRadar, tendo como base o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Funai, o Incra, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Cultural Palmares, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o mapeamento de bacias hidrográficas do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), a SPU e o TAUS*.

* O TAUS é um instrumento conferido em caráter transitório e precário, para comunidades tradicionais. Tem como objetivo possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população. Ver online <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/instrumentos-de-destinacao#16--termo--de-autoriza--o-de-uso-sustent-vel---taus>. Acesso em 30/10/2023.

Componente 2

Treinamento de integrantes de organizações da sociedade civil, universidades e instituições públicas para o uso da Plataforma.

INDICADOR 2.1

Informação trinta (30) pessoas concluem com êxito módulo introdutório sobre uso da Plataforma em curso preparatório do MPF.

É elaborada proposta acadêmica de módulo introdutório sobre uso da Plataforma para curso da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

Módulo introdutório sobre uso da Plataforma é incluído em curso da ESMPU. Treinamento qualificado e específico sobre uso da Plataforma é realizado na Procuradoria-Geral da República (PGR).

INDICADOR 2.2

Mediadores de organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e do poder público recebem formação sobre uso da Plataforma em cinco (5) seminários.

É realizado o I Encontro da Rede PCTs (11/2021), com treinamento sobre o uso da Plataforma.

É realizado o II Encontro da Rede PCTs, nos formatos online (02/2022) e presencial (05/2022), com treinamento sobre uso da Plataforma, inclusive, para organizações parceiras (CLUA, ISPN, Terra de Direitos).

É realizado curso em dois módulos e seminário para apresentação de resultados da formação sobre uso da Plataforma no FORMAR Territórios Vivos, ciclo de formação sobre direitos territoriais para segmentos de PCTs, em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

São realizadas oficinas sobre o uso da Plataforma entre Territórios Vivos e Catrapovos, em Manaus/AM (09/2022), e formação online sobre o uso do app Tô no Mapa e da Plataforma (11/2022).

É realizada a oficina de mulheres "Marés de Diálogos", em Tamandaré/PE (04/2023).

RESULTADOS EM DESTAQUE

São treinadas 26 pessoas de 15 segmentos para a multiplicação da Plataforma no FORMAR Territórios Vivos, em parceria com o IEB.

São treinadas 500 pessoas – entre membros e servidores do MPF no Brasil – sobre uso da Plataforma e do GeoRadar para proteção de direitos humanos de PCTs.

Oficina para entender a Plataforma e sua aplicabilidade prática é organizada junto à Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil com a participação de PCTs, representantes de instituições acadêmicas, organizações sociedade civil e do poder público.

Oficina regional de mulheres de PCTs é organizada para fortalecer lideranças femininas como multiplicadoras da Plataforma, com participação de 40 mulheres de 19 segmentos.

Legenda:



alcançado integralmente



alcançado parcialmente

Componente 3

Fortalecimento de organizações de PCTs para melhor representarem seus interesses nos três estados-piloto.

INDICADOR 3.1

São realizadas 10 sessões de formação com PCTs nos estados-piloto sobre o uso da Plataforma.

Mato Grosso: São realizadas oficinas com povos de matriz africana e de terreiro, em Santo Antônio Leverger (09/2022); com Povos Ciganos do estado, em Rondonópolis; e com comunidades quilombolas do estado, em Cuiabá (04/2023); além de 38 reuniões em parceria com a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT), com segmentos de PCTs em todo o estado do Mato Grosso.

Goiás: São realizadas oficinas no quilombo Kalunga, em Cavalcante (05/2022); para povos ciganos, quilombolas, de matriz Africana e de terreiro, em Itumbiara (09/2022); no quilombo Mesquita, em Cidade Ocidental (02/2023); e para povos de matriz africana e de terreiro, em Goiânia (03/2023).

Mato Grosso do Sul: A Plataforma é apresentada na Assembleia Terena, na Aldeia Brejão, em Nioaque (09/2022), e na Assembleia da Juventude Guarani e Kaiowá, na Aldeia Panambi Lagoa Rica (06/2022). São realizadas oficinas com rezadores e rezadoras JEHOVASA (01/2023); com comunidades kaiowá guarani (01/2023); com representantes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Rede PCTs, RAIS e GIZ (02/2023); e com comunidades quilombolas de Nioaque e São Miguel, em Maracaju (03/2023).

INDICADOR 3.2

São realizadas 10 reuniões em rede nos estados-piloto para o desenvolvimento de posições em comum entre PCTs.

Mato Grosso: São realizadas oficinas com povos de matriz africana e de terreiro, em Santo Antônio Leverger (09/2022); Oficinas com comunidades quilombolas do estado, em Cuiabá (04/2023); um Intercâmbio entre os quilombos Kalunga e Mata Cavalo, em Cuiabá (04/2023); oficinas do Formar Territórios com povos tradicionais de diversos segmentos em Rondonópolis/MT; encontro Rede PCTs em Luciara/MT (08/2023); além reuniões do Comitê Estadual de PCTs (CEPCT/MT).

Goiás: São realizadas oficinas no quilombo Kalunga, em Cavalcante (05/2022); com povos ciganos, quilombolas, de matriz africana e de terreiro, em Itumbiara (09/2022); no quilombo Mesquita, em Cidade Ocidental (03/2023); e com povos de matriz africana e de terreiro, em Goiânia (03/2023).

Mato Grosso do Sul: Há participação na Assembleia Terena, na Aldeia Brejão, em Nioaque (09/2022), e na Assembleia da Juventude Guarani e Kaiowá, na Aldeia Panambi Lagoa Rica (06/2022). São realizadas oficinas com rezadores e rezadoras JEHOVASA (01/2023); com comunidades kaiowá guarani (01/2023); com representantes da UFGD, Rede PCTs, RAIS e GIZ (02/2023); e com comunidades quilombolas de Nioaque e São Miguel, em Maracaju (03/2023)

RESULTADOS EM DESTAQUE

São realizadas nos três estados-piloto 12 oficinas de formação para povos de matriz africana, de terreiro, quilombolas, ciganos e indígenas sobre o uso da Plataforma.

São realizadas 20 reuniões em rede nos três estados-piloto para o desenvolvimento de posições em comum entre PCTs.

São estabelecidas parcerias entre MPF, organizações da sociedade civil (ex: o Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN) e instituições acadêmicas (ex: a Universidade de Brasília – UnB, a Universidade Federal de Goiás – UFG e a UNEMAT).

Componente 4

Mediadores de organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e do poder público recebem formação sobre uso da Plataforma em cinco (5) seminários.

INDICADOR 4.1

Dez (10) representantes de PCTs, com direito a voto no Conselho Gestor da Plataforma, têm conhecimento para inserir dados de seus territórios.

Sete (7) membros do CNPCT têm conhecimento para inserir dados na Plataforma. São eles: Cláudia, Célia, Lidiane, Samuel, Gabrielle, Alicia e Carlinhos.

INDICADOR 4.2

Um plano de ação é desenvolvido conjuntamente entre representantes de PCTs e do MPF para garantir a sustentabilidade e a estrutura institucional da Plataforma.

É elaborado um plano de comunicação sobre o Territórios Vivos e a Plataforma.

É desenvolvido um plano de ação para a sustentabilidade da Plataforma.

RESULTADOS EM DESTAQUE

É elaborado um plano de ação para a sustentabilidade financeira da Plataforma de forma participativa com o MPF e a Rede PCTs.

É elaborado e implementado um plano de comunicação para divulgar a Plataforma para integrantes do MPF e de PCTs e para o público não especializado.

É realizada formação em comunicação para a juventude da Rede PCTs, com participação de 23 lideranças jovens de 19 segmentos.



Além de indicadores específicos para cada um dos quatro componentes, o Territórios Vivos possui indicadores gerais que avaliam globalmente a implementação do projeto.



INDICADORES GERAIS		NÍVEL DE ALCANCE
1	A Plataforma recebe 12 contribuições diretas de PCTs, nas quais compartilham avanços na implementação da Agenda 2030 e seus princípios.	Seis (6) contribuições
2	Representantes de PCTs alimentam a Plataforma com seis exemplos que destacam o fortalecimento dos direitos das mulheres em seus respectivos grupos.	Dois (2) exemplos
3	O Conselho Gestor da Plataforma dispõe de quatro notas técnicas, as quais foram acordadas entre seis grupos de PCTs, sobre temas diversos, como (a) validação de dados de entrada, (b) publicação de dados, (c) segurança de dados e (d) processos de consulta com grupos de base.	Duas (2) notas técnicas/atas
4	Em três situações distintas, procuradores do MPF estabelecem acordos com representantes de PCTs para lidar com conflitos, utilizando informações provenientes da Plataforma.	

IMPACTOS

Impactos são muitas vezes imprevistos e acabam não contemplados por indicadores, transcendendo as fronteiras do escopo inicial de um projeto. Embora não mensuráveis pelas métricas do Territórios Vivos, três impactos merecem destaque dado que influenciaram de forma positiva a luta por direitos e visibilidade aos PCTs no país:

Em novembro de 2022, a Rede PCTs, com o apoio do Territórios Vivos, integrou grupos de trabalho do governo de transição (eleito democraticamente pela população brasileira, em outubro de 2022, para o quadriênio 2023-2026), promovendo, com sucesso, a criação de quatro departamentos em quatro ministérios: Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Pesca e Aquicultura (MPA) e Igualdade Racial (MIR);



A Rede PCTs colaborou com o governo de transição para que constasse no Decreto 11.349/2023 a responsabilidade pelo apoio à Plataforma na Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Tal feito é visível na redação do do Art. 36, XI. A formalização dessa responsabilidade no âmbito governamental é essencial para fortalecer a posição e a utilização efetiva da Plataforma na formulação de políticas públicas que promovam os direitos e a participação dos PCTs;

A formação em comunicação oferecida a jovens da Rede PCTs resultou na criação de um coletivo da juventude de PCTs ativo e politicamente engajado. O grupo tem se articulado de maneira eficiente para reivindicar direitos em benefício tanto da sua quanto das futuras gerações.

PRODUTOS DE CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO

Na primeira fase do **Territórios Vivos**, esforços técnicos significativos foram dedicados à produção de conhecimento e informação sobre a Plataforma e o cadastramento de territórios de PCTs.

Guias, manuais e cartilhas foram desenvolvidos com o intuito de proporcionar uma compreensão abrangente das atividades e resultados do projeto.

Uma página específica sobre o **Territórios Vivos** foi criada e publicada no site do MPF. A página mantém um canal institucional de notícias* sobre avanços, resultados e impactos do projeto e novidades sobre a Plataforma. Postagens sobre o **Territórios Vivos** e a Plataforma também são frequentes constantes nos perfis institucionais do MPF em diversas

* Ver online em <https://bit.ly/NoticiasTerritoriosVivosMPF>. Acesso em 07/11/2023.



mídias sociais**.

Esses recursos documentam o percurso, mas também enriquecem a compreensão e disseminação do conhecimento adquirido ao longo dessa jornada colaborativa.

Os materiais, que estão disponíveis no código QR abaixo, representam o comprometimento contínuo das equipes técnicas envolvidas no **Territórios Vivos** com a transparência e a partilha de conhecimentos.

** Em 07/11/2023, o MPF possui perfis nas seguintes mídias sociais: Facebook, Instagram, LinkedIn, X, YouTube e flickr.

QR CODE



Cadastramentos bem-sucedidos de territórios tradicionais na Plataforma foram sistematizados em fascículos* na primeira fase do projeto. Esses exemplos inspiram e encorajam PCTs de todo o Brasil a realizar o automapeamento e a autodeclaração de seus territórios tradicionais, cadastrando-os de forma gratuita na Plataforma. Esse ato tem a intenção de dar visibilidade à luta por direitos nos territórios. Dentre os diversos casos de sucesso documentados na primeira fase do projeto **Territórios Vivos**, foram selecionados como exemplos os que seguem:

* Para encontrar todos os fascículos, acesse <https://territoriostradicionais.mpf.mp.br>.



CADASTRAMENTO DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS KAIOWÁ E GUARANI

promove direitos e preserva histórias ancestrais



DESAFIO

Os povos indígenas kaiowá e guarani no Mato Grosso do Sul enfrentam cenários graves de ameaças a territórios que sequer são oficialmente reconhecidos pelo estado brasileiro. Esses povos lutam pelo reconhecimento territorial, o que levou o MPF e a Funai a firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a demarcação, em 2007.

Porém, o TAC não foi cumprido. A falta de reconhecimento dos territórios tradicionais e as ameaças constantes à integridade das comunidades indígenas mobilizaram o projeto **Territórios Vivos** a apoiar os kaiowá e guarani no automapeamento e na autodemarcação territorial por meio da Plataforma de Territórios Tradicionais.

SOLUÇÃO

No final de 2022, o projeto apoiou a realização de uma Aty Guasu, grande assembleia dos povos kaiowá e guarani. A Aty Guasu representa uma prática eficiente de união, de expressão de vozes sobre a situação de conflito e violência em territórios, sobre a manutenção da ancestralidade e garantia de direitos básicos. A assembleia aconteceu na Aldeia Teý'ikue, na Terra Indígena (TI) Dourados Amambaiegua I, em Caarapó (MS).

Na Aty Guasu, mais de 30 lideranças indígenas kaiowá e guarani realizaram debates e discussões e, também, participaram de uma oficina de cadastramento de territórios tradicionais. Essa iniciativa não apenas desencadeou a preparação para inclusão de 22 tekohas (territórios) na Plataforma, mas também assinou um documento direcionado a órgãos como o Ministério dos Povos Indígenas, a Funai e o MPF, reivindicando a regularização de territórios tradicionais.



TRANSFORMAÇÃO

Espera-se que a inclusão dos 22 tekohas na Plataforma esteja concluída no final de 2023. O processo de cadastramento exige consenso entre lideranças e enfrentamento de desafios, como a dificuldade de comunicação entre as pessoas responsáveis pelo cadastramento, a escolha de quem tem facilidade para usar a internet e a identificação de quem sabe contar as história dos territórios.

A Aty Guasu sempre fortaleceu a articulação política e organização social e, agora, foi utilizada para gerar um espaço coletivo de discussão entre os tekohas e o **Territórios Vivos**, estimulando a centralização das deliberações sobre a adesão

à Plataforma de Territórios Tradicionais e respeitando o modo de tomada de decisões e, conseqüentemente, a luta territorial e ancestral. As lideranças, reconhecendo a importância do projeto e da Plataforma, identificaram que poderiam dar visibilidade aos territórios que ainda não estão presentes em mapas oficiais. O **Territórios Vivos**, assim, contribuiu para estabelecer uma boa prática que pode ser replicada por outros projetos e, também, registrou o compromisso de ajudar a preservar a rica história e memória cultural das comunidades para a transmissão de conhecimento ancestral entre as gerações.

Despertar de um TERRITÓRIO CIGANO



SOLUÇÃO

No município goiano de Itumbiara, o povo cigano vive em situação de precariedade, sem acesso a direitos básicos. A ocupação informal em área pública, somada à falta de compreensão do poder público sobre a questão territorial cigana, resulta em condições de vida degradantes e discriminação.

A frequência escolar é prejudicada pela ausência de meios adequados para a higiene pessoal de crianças e adolescentes antes das aulas. A comunidade cigana corresponde a cerca de 1% da população do município, ou em torno de mil pessoas.

DESAFIO

A solução emergiu do diálogo entre a comunidade cigana e o MPF, em oficina realizada pelo projeto Territórios Vivos. A partir da inclusão da área ocupada pela comunidade cigana na Plataforma de Territórios Tradicionais, surgiu a compreensão de que o território é o ponto de partida para a garantia

dos direitos fundamentais do grupo. A mobilização da comunidade e o apoio do MPF sensibilizaram o poder público para a construção de uma solução mais efetiva para a vida cigana no município.





TRANSFORMAÇÃO

O MPF desempenhou um papel fundamental ao recomendar à prefeitura da cidade a criação de uma política pública capaz de atender às necessidades da comunidade cigana. Provocada, a administração pública municipal de Itumbiara reconheceu a reivindicação da comunidade cigana por um território que garanta o modo de vida tradicional e a dignidade do grupo.

Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi assinado em março de 2023 e um projeto de lei foi aprovado em seguida pela Câmara Municipal, em maio do mesmo ano. A prefeitura agora trabalha para concluir a distribuição de lotes com

infraestrutura urbana adequada para a comunidade. A ocupação precária de áreas públicas pela comunidade, que perdura há mais de 50 anos, dará lugar a um autêntico território cigano, devidamente reconhecido e regularizado pelo poder público.

O projeto Territórios Vivos desempenha um papel vital na compreensão da questão territorial cigana no Brasil, ajudando a evidenciar o valor de tradições, língua, modo de vida e cosmovisão próprias do povo cigano. O desfecho positivo do caso de Itumbiara/GO abre novas possibilidades para a promoção de direitos de ciganas e ciganos no Brasil.



JUVENTUDE DE PCTs:

Conscientização e jornada de protagonismo



DESAFIO

Havia uma necessidade urgente de envolver a juventude na Rede PCTs, já que jovens são o presente e o futuro dos 28 segmentos que integram. Muitos jovens não estavam conectados ao desafio político da Rede PCTs, resultando em uma falta

de representação no coletivo. Eram desafios adicionais a falta de articulação entre a juventude e a ausência de habilidades em comunicação.

SOLUÇÃO

A resposta para a mobilização da juventude veio por meio de uma oficina de formação em comunicação e no uso da Plataforma de Territórios Tradicionais. A ideia surgiu durante reunião da Rede PCTs, em junho de 2023. A juventude seria fortalecida como grupo e contribuiria de forma prática na disseminação de informações de qualidade sobre Plataforma junto às comunidades.

o apoio do **Territórios Vivos**. O treinamento foi um marco. A juventude identificou demandas comuns e percebeu seu papel crucial no fortalecimento da Rede PCTs. Essa iniciativa não apenas proporcionou uma base política sólida, mas também permitiu que a juventude se articulasse efetivamente. E a Plataforma teve o reforço de um grupo treinado para operá-la em suas comunidades.

A oficina foi realizada em agosto de 2023, em Brasília, com





TRANSFORMAÇÃO

A partir do treinamento, a juventude passou a se apresentar como parte integral da Rede PCTs, consolidando seu papel de protagonismo e ganhando visibilidade. Impulsionados pelo projeto **Territórios Vivos**, a juventude foi treinada no fazer comunicacional e desenvolveu um plano de comunicação para a Rede PCTs, que inclui medidas de divulgação da Plataforma. Agora, o desafio é continuar envolvendo líderes e representantes políticos na comunicação, para que compreendam a importância

desse trabalho e também assumam protagonismo.

Apesar de já ter engajado 18 dos 28 segmentos de PCTs, o grupo quer ampliar a participação da juventude, incorporando jovens de outros segmentos. A juventude permanece unida, propondo pautas políticas diante dos representantes da Rede PCTs e garantindo que suas vozes continuem a ser ouvidas.





NOSSAS VOZES



Este capítulo celebra conquistas, evidencia reflexões sobre desafios superados e projeta um olhar otimista para a segunda fase do projeto (2024-2027), quando as lições aprendidas nesta primeira etapa guiarão os passos do **Territórios Vivos**. O capítulo sistematiza tal inspiração a partir de depoimentos coletados entre profissionais nas equipes de organizações implementadoras e parceiras, que enriquecem a narrativa e oferecem uma visão abrangente de contribuições e experiências diversificadas que moldaram o sucesso conjunto do projeto.

Além de Rede PCTs, MPF e GIZ, merecem reconhecimento institucional: as organizações que lideram o app Tô no Mapa, a Rede Cerrado e Instituto Cerrados, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); o Instituto Internacional de Educação

do Brasil (IEB), o Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT/UnB); a Climate and Land Use Alliance (CLUA); a Fundação Pró-Natureza (Funatura); a Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM); o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT); o Conselho Nacional de Quilombolas (CONAQ); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT); a Universidade Federal do Goiás (UFG); a Associação das Tradições Culturais e Sociais Afro-brasileiras e Ameríndias do Estado de Goiás (ATRACAR) – Terreiro Legal; e a Comissão Guarani Yvyrupa.



APRENDIZADOS DA PRIMEIRA FASE

Na primeira fase, diversas vozes fundamentais para a implementação do projeto partilham percepções sobre resultados relevantes alcançados. A realização de encontros entre PCTs, a visibilidade de territórios não oficialmente reconhecidos e a mobilização nas comunidades são marcos significativos. Também são conquistas importantes a estruturação da Rede PCTs e a parceria com o MESPT para testar e atualizar a Plataforma.

“A realização de encontros e trocas de experiências entre PCTs representou um marco essencial. Esses momentos fortaleceram laços, enriquecendo o sentido coletivo que já existe entre PCTs.”

Luciene Pohl

Co-coordenadora do programa de Ordenamento Territorial
Instituto de Educação do Brasil (IEB)

“A parceria com o MESPT foi vital para testar a Plataforma, identificar erros e garantir sua contínua melhoria. Isso exemplifica como a colaboração efetiva é crucial para a evolução do projeto.”

Saulo dos Santos

Assessor técnico júnior
GIZ

PARCERIA ENTRE REDE PCTS, MPF E GIZ

A parceria entre Rede PCTs, MPF e GIZ resulta em uma ampliação de espaços de discussão e troca de experiências. A criação de redes com os PCTs e a notoriedade de demandas reiteradamente negligenciadas foram aspectos fundamentais do projeto **Territórios Vivos**. A parceria também evidencia a importância do desenvolvimento sustentável, consolidando a Plataforma de forma participativa.

“É inovador e um desafio a participação da sociedade civil de forma tão ativa no processo de execução de uma plataforma.”

Gabrielle Ücker Thum

Conselheira Voz do
Conselho Gestor da Plataforma
CNPCT e Rede PCTs

“A formação das redes com os PCTs resultou na visibilização de diversas demandas que anteriormente estavam invisíveis.”

Marco Antônio Delfino de Almeida

Procurador da República e membro-
colaborador do **Territórios Vivos**
MPF

EXPECTATIVAS PARA A SEGUNDA FASE

As expectativas para a segunda fase do projeto incluem o fortalecimento do protagonismo dos PCTs e a popularização da Plataforma. Espera-se que, a partir de sua ampla divulgação e incidência política, a ferramenta se torne uma referência na construção de políticas públicas voltadas para a diversidade cultural dos diversos segmentos de PCTs, além de intensificar a participação do MPF no projeto.

“Espero que a Plataforma se torne uma referência na construção das políticas públicas voltadas para os diversos segmentos ou que na construção dessas políticas se leve em consideração a diversidade cultural e a tradicionalidade dos diversos povos.”

Eduardo José Ganzer

Assessor técnico
GIZ

“A consolidação da Plataforma, protagonismo dos PCTs nas ações do projeto e formações de jovens comunicadores são metas essenciais para a próxima etapa.”

Isabel de Castro Silva

Pesquisadora e integrante da
coordenação do Tô no Mapa
IPAM





TERRITÓRIOS VIVOS, FUTURO NOSSO



Após reflexões sobre as experiências da primeira fase do **Territórios Vivos**, que visão permanece para o futuro do projeto? O aprendizado adquirido e as vivências na implementação inicial servirão como base para aprimoramentos contínuos na próxima etapa, prevista para transcorrer de fevereiro de 2024 a janeiro de 2027.

O coração da segunda fase do projeto **Territórios Vivos** reside na Plataforma de Territórios Tradicionais e sua evolução. A instalação bem-sucedida na primeira fase fincou as bases para a continuidade do trabalho, agora sob a responsabilidade do MPF, incumbido de expandir e desenvolver ainda mais a Plataforma na segunda etapa.

Algumas medidas essenciais serão implementadas:

- Formação para o uso da Plataforma na proteção de territórios tradicionais contra violações de direitos humanos e ambientais: Serão implementadas medidas formativas para membros do MPF, de outros órgãos públicos e de PCTs, garantindo o uso eficaz da Plataforma e de outras ferramentas digitais, como o GeoRadar;

- Desenvolvimento participativo: A evolução da Plataforma será orientada por processos de tomada de decisão em sua governança participativa, assegurando que atenda às necessidades das pessoas usuárias;
- Soluções tecnológicas inovadoras: a Plataforma permitirá análises automatizadas temáticas, de forma a garantir uma ação estratégica e prevenção de violação de direitos socioambientais em territórios tradicionais por parte do MPF.

Assim como na primeira, a segunda fase do projeto tem como público-alvo os habitantes dos territórios tradicionais do Brasil, que se declaram pertencentes a um dos 28 segmentos de PCTs. Segundo cruzamento de dados* realizado pelo MPF (2019), aproximadamente 650 mil famílias brasileiras se declaram como pertencentes a algum segmento de PCTs. Isso equivale a cerca de 6 milhões de pessoas, ou 2,8% da população brasileira.

* Ver online <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/10/29/650-mil-familias-se-declaram-povos-tradicionais-no-brasil-conheca-os-kalungas-do-maior-quilombo-do-pais.ghtml>. Acesso em 30/10/2023.

OBJETIVO DA SEGUNDA FASE

A Plataforma e outros instrumentos digitais contribuem para a proteção de direitos humanos e ambientais de PCTs em seus territórios tradicionais.

INDICADOR 1:

Fortalecimento do uso inovador de dados

O MPF tem 20 exemplos baseados em bancos de dados, fortalecendo a proteção de direitos humanos e ambientais de PCTs em territórios tradicionais.

COMO ALCANÇAR

- Sete exemplos até 01/2026 e 20 até 01/2027.

ATIVIDADES PRINCIPAIS

- Assessoria técnica ao MPF para conexão e desenvolvimento de sistemas e bancos de dados;
- Formação continuada para procuradores das República sobre a utilização da Plataforma e geração análises a partir de dados primários dos PCTs;
- Elaboração de estudos específico.

INDICADOR 2:

Fortalecimento de competências dos PCTs

Treze integrantes do Conselho Gestor confirmam o valor da Plataforma para a proteção de direitos humanos e ambientais.

COMO ALCANÇAR

- Dois integrantes até 02/2025, seis até 02/2026 e 13 até 01/2027.

ATIVIDADES PRINCIPAIS

- Assessoria técnica para fortalecimento estrutural e desenvolvimento organizacional das redes de PCTs;
- Treinamentos para PCTs e seus representantes sobre aplicação e uso da Plataforma;
- Apoio técnico para advocacy e atualização de estratégia de comunicação para garantir o uso da Plataforma pelo público interessado.

INDICADOR 3:

Fortalecimento do uso regional da Plataforma

Quinze relatórios publicados na Plataforma, comprovando o uso por atores governamentais e não governamentais nos estados-piloto.

COMO ALCANÇAR

- Cinco relatórios até 02/2025, oito até 02/2026 e 15 até 01/2027.

ATIVIDADES PRINCIPAIS

- ➔ Aprofundamento dos testes-piloto nos estados para aplicação e uso da Plataforma, com enfoque na prevenção de danos socioambientais;
- ➔ Assessoria técnica para temas de igualdade de gênero;
- ➔ Ampliação dos estados-piloto para uma unidade da federação (UF) na região amazônica.



POR MAIS TRÊS ANOS

As páginas da revista refletem o compromisso do Territórios Vivos com a missão de fortalecer direitos de PCTs no país.

As lições aprendidas na primeira fase mostram que os desafios enfrentados não foram obstáculos insuperáveis, mas oportunidades para inovação e aprimoramento. O revés virou ensinamento, moldando uma abordagem robusta e eficaz para enfrentar desafios no futuro.



Vozes que ecoam em Nossos Saberes, expressas por representantes de organizações implementadoras e parceiras, são testemunho vivo de realizações tangíveis e do espírito colaborativo que permeia o projeto. Cada citação é um eco de experiências vividas e lembrete de que Territórios Vivos é mais do que dados e números, mas uma ação coletiva de mudança.

O exame do objetivo e dos indicadores para a segunda fase projeta

um futuro mais inclusivo e sustentável. A duração de 2024 a 2027 representa um período de evolução contínua, quando o que se planta agora florescerá em impactos tangíveis nos próximos anos.

Territórios Vivos continua em seu curso, e todos que o fazem estão ávidos por desvendar os próximos capítulos. O futuro promete mais descobertas, aprendizados e conquistas. A história continua.

Obrigado por fazer parte desta jornada.

→ Portaria PGR/MPF 167/2019: Define o escopo da Plataforma de Territórios Tradicionais. Cria o Conselho Gestor e o Comitê Técnico e define suas atribuições.

→ Decreto 8.750/2016: Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

→ Decreto 6.040/2007: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

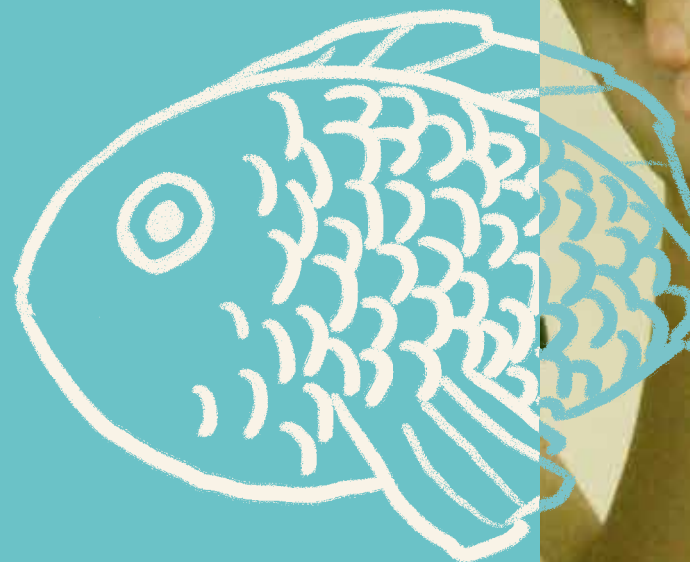
→ Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais: Ratificada pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo 143 e promulgada pelo Decreto 501.

→ Decreto 9.334/2018: Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe).

→ Decreto 7.747/2012: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

→ Decreto 4.887/2003: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

→ Decreto 6.040/2007: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.



REFERÊNCIAS LEGAIS



